

## **O Tibete e o Estado chinês: um dilema ideológico, econômico e estratégico**

Guilherme Antonio Gomes Cavalcante, 5º período

O pacato Tibete, hoje região autônoma pertencente à China, tem sido alvo da atenção mundial desde 1950, ano em que o Governo chinês invadiu e anexou a área a seu território. As atenções vêm sendo reforçadas pelo extraordinário crescimento econômico da China, evidenciado, recentemente, na realização dos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008. Durante esse período, surgiram protestos em todo o mundo a favor da libertação do Tibete. A defesa em favor da região, conhecida por suas montanhas e monges budistas, é quase unânime, obtendo inclusive apoio dos órgãos de mídia das grandes potências. O que é comumente descartado, entretanto, é o outro lado dessa história longa e conflituosa entre o gigante chinês e a população tibetana. Por outro lado, não se questiona a veracidade das notícias originárias da imprensa mundial. É com estes propósitos – de questionamento e exposição de outro ponto de vista – que se segue o presente artigo.

A história do Tibete teve início há cerca de 2100 anos, tendo, em seus dez primeiros séculos, se tornado um império poderoso, governado por dinastias belicistas com constantes tentativas de invasão a regiões vizinhas. Tal cenário começou a mudar apenas a partir do século 10 d.C., quando assumiu o poder o 33º rei do Tibete, Songtsen Gampo, responsável pela transformação cultural tibetana. Entre alguns de seus legados, encontra-se o favorecimento ao livre exercício religioso do budismo, a criação do alfabeto tibetano e a construção de diversos templos.

Após período sob domínio mongol, em 1720, o Tibete, antigo objeto de cobiça dos chineses, foi conquistado pela dinastia Ching. A partir daí se iniciaram os conflitos entre China e Tibete – de um lado, a afirmação de soberania legítima dos chineses sobre a região, e, de outro, a luta pela independência.

Dois séculos depois, com a queda da dinastia Ching, em 1912, os tibetanos expulsaram os chineses e conseguiram, temporariamente, a sua independência. Após alguns conflitos e tentativas mal-sucedidas de reconquistar a região, em 1950 a China comunista de Mao Tsé-Tung ocupa definitivamente o Tibete, anexando-o como província. O Governo

tibetano manifestou-se contra a agressão chinesa na Organização das Nações Unidas (ONU), que, por sua vez, adiou a resolução do problema. Em 17 de novembro do mesmo ano, Tenzin Gyatso, o décimo quarto Dalai Lama, assumiu a posição de Chefe de Estado do Tibete. O líder político e espiritual retirou-se, então, junto com milhares de seguidores, para Dharamsala, norte da Índia, exercendo lá o seu Governo de exílio. Em 1965, a então província do Tibete se torna região autônoma da China. Os conflitos continuam e, para conter os tibetanos, o Governo chinês age de modo violento, sendo acusado, mais tarde, de genocídio cultural.

Em 1989, Dalai Lama foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz, sendo freqüentes as visitas de outros chefes de Estado e viagens do líder tibetano a outros países. Sua intenção seria a de conseguir apoio à causa de seu povo – uma “autonomia significativa” para a região.

A figura pacífica do líder budista, aliado aos conflitos expostos por toda a imprensa mundial, faz com que haja certa pressão vinda de todas as partes do mundo a favor da libertação do Tibete, o que, até agora, tem se mostrado infrutífero, já que a China se nega a fazer qualquer concessão ao território.

O Tibete é uma região de extremos. Sua maior parte está localizada no planalto tibetano, conhecido como a região mais alta da Terra, com aproximadamente 4500 metros acima do nível do mar, sendo, por isso, chamado por muitos de “o teto do mundo”. É praticamente cercado de cordilheiras: ao norte, a de Kunlun; ao leste, a de Tanguila; ao sul e ao oeste, a do Himalaia, cujo pico mais conhecido, o Monte Everest, é localizado na fronteira com o Nepal. No único intervalo entre as cordilheiras, limite com a província de Sichuan, o Tibete é separado pelo rio Jinsha. Sua superfície equivale a aproximadamente a oitava parte do território chinês.

Os rios mais importantes da Ásia nascem no Tibete – Ganges, Indo, Amarelo, Yangtsé, entre outros. Também no Tibete se encontram alguns dos maiores desfiladeiros do mundo.

O clima da região é desértico, com uma atmosfera seca durante nove meses do ano e pouca queda de neve. O motivo da seca reside no fato de que as montanhas do Himalaia

impedem a passagem das chuvas de monções vindas da Índia. Há grandes variações diárias de temperatura e o sol está presente na maior parte do ano.

Localizado no sudoeste da China, o Tibete faz fronteira com Myanmar, Butão, Nepal e Índia. Por sua biodiversidade, pode ser dividido em três zonas naturais. O Norte, onde se concentra a criação extensiva de iaques e ovelhas, é a parte mais alta, com clima frio e seco, extensas pradarias e numerosos lagos. A área oriental – fronteira com a China – é a zona mais inóspita, sendo constituída por uma série de montanhas elevadas e vales profundos, e é nessa área que estão as montanhas com cumes cobertos de neve. O Sul tem a menor altitude, o clima é temperado e a vegetação é arbórea. É nessa área que se concentra a população e as atividades agrícolas. Lhasa, a capital, está localizada na região central.

O Tibete também é rico em recursos naturais, contando com uma grande variedade de aves e animais e com mais de 5.700 espécies vegetais, inclusive plantas medicinais de grande renome. Já foram encontradas jazidas de 70 tipos de minerais e os recursos geotérmicos são abundantes.

Um ponto fundamental defendido pelos chineses para legitimar o pertencimento do Tibete ao seu território é de que a população chinesa – a maior do mundo – é também multiétnica, dividida em 56 nacionalidades. Dessa forma, a China não seria exclusivamente constituída pela etnia *han*, a majoritária, mas um produto histórico constituído por todas as suas nacionalidades. Por ser um país milenar, seria praticamente inevitável que a China enfrentasse problemas entre suas dinastias, classes e nacionalidades. Por mais de uma vez, foi unificada, dividida e reunificada e, segundo os chineses, hoje os vínculos entre as diversas culturas estão mais fortes. Eles teriam descoberto que só garantiriam a sua independência comum, o desenvolvimento de suas economias e culturas e a proteção contra as ameaças externas se aprofundassem as relações mútuas de unidade e cooperação.

Um exemplo de vínculo entre essas nacionalidades seria o caso das etnias *han* e tibetana, cujos idiomas pertencem à mesma família lingüística, são influenciadas pelo budismo e tiveram soberanos de ambas as partes casados entre si. Há também histórico de relações comerciais, como a troca de chá chinês por cavalos tibetanos. Mais um fato a ser usado como argumento de que a etnia tibetana pertence ao império chinês é que Marco

Polo, um dos primeiros ocidentais a visitar a Rota da Seda, teria descrito, em seu livro de viagens, o Tibete como uma das doze províncias do Império.

Além disso, outro argumento é a participação de delegados tibetanos em órgãos executivos e legislativos do poder central desde a dinastia Yuan e o fato de o entrelaçamento entre os poderes político e religioso no Tibete ter surgido com a sua integração com a China. Foi quando Kublai Khan aliou-se a uma seita budista para facilitar a pacificação no planalto tibetano. Entretanto, a sucessão dos governantes do Tibete ainda depende da confirmação do Governo chinês.

A maioria das vezes em que regiões chinesas se rebelaram contra o Governo central foi sob o apoio de potências ocidentais, supostamente interessadas em enfraquecer o poderio chinês e/ou, ao mesmo tempo, conquistar partes de seu território. Como exemplos, há a divisão da Mongólia após a invasão do Império Russo, a invasão da Manchúria pelo Japão, e até mesmo o apoio à independência do Tibete poderia ser interpretado como um exemplo de tentativa vinda das grandes potências ocidentais para enfraquecer o império chinês.

Outro ponto favorável à China é de que as invasões chinesas ao Tibete em 1950 só ocorreram após uma sucessão de tentativas de acordos. O austríaco Heinrich Harrer, autor do livro “Sete anos no Tibete”, geralmente tendencioso em seus relatos, reconhece: “Deve-se dizer que durante essa guerra as tropas chinesas se mostraram disciplinadas e tolerantes e os tibetanos que foram capturados e depois libertados diziam que haviam sido bem tratados.”

Em meados da década de 1950, as relações entre o Tibete e o Governo central estavam normalizadas e os conflitos só voltaram a aparecer quando o Governo chinês cogitou fazer uma “reforma democrática”, do modo a deixar o Tibete mais parecido com o sistema político chinês. Foi nesse momento que as potências ocidentais intervieram em defesa da região, já que, lhes interessaria a divisão da China.

Também pode ser levado em conta o fato de que, antes da ocupação chinesa, o Tibete vivia sob um sistema feudal, com as terras agricultáveis sendo distribuídas de forma desproporcional. A maior parte delas estava em posse do Governo local, dos mosteiros e dos aristocratas leigos, prejudicando, assim, os pequenos camponeses. Para usar as terras, os

servos tinham que pagar altos impostos aos nobres e monges. Sem recursos suficientes, endividavam-se, pagando elevados juros. Se morriam sem saldar a dívida, ela passava aos descendentes ou aos vizinhos.

Havia também escravos, que ficavam com o trabalho mais pesado, e seus casamentos, assim como os dos servos, tinham que ter a permissão dos senhores. Para eles, não havia hospitais, nem escolas e, assim, a população era dizimada pelas guerras e epidemias. Não havia isonomia jurídica e a única religião tolerada era o budismo tibetano. Dessa forma, seria incoerente recorrer aos direitos humanos para defender o antigo sistema político tibetano.

Segundo os chineses, com a reforma o sistema desigual deixou de existir e o Tibete ganhou representantes nas decisões do Governo central. Não se pode deixar de mencionar que nem todos os tibetanos são a favor da independência. No entanto, desde a ocupação, novos conflitos separatistas têm surgido, sempre com o apoio das potências do Ocidente e suas imprensas nacionais.

Além de ver o Tibete como parte legítima de seu território e os tibetanos como mais uma de suas nacionalidades, há outros interesses por parte da China na região. Pelas questões geográficas citadas anteriormente, percebe-se o quão importante é o planalto tibetano para a China, suscitando diversos interesses além do ideológico – notadamente econômico e, principalmente, estratégico.

No plano econômico, é sabida a importância dos recursos minerais, dentre eles ouro e urânio. A grande variedade de plantas também interessa de forma significativa à China, já que a medicina tradicional chinesa tem como base a fitoterapia, medicina baseada nas plantas. Ademais, em época de escassez de energia, os recursos geotérmicos contribuiriam consideravelmente como fonte de energia renovável para um país de economia pujante como a China, com taxas de crescimento incomparáveis.

Contudo, o principal interesse da China em relação ao Tibete tem a ver, sem dúvidas, com questões estratégicas. *Tsering Topgyal*, tibetano especialista no conflito entre os dois países e doutorando da *London School of Economics*, disse em entrevista ao site G1 no ano de 2008: “Há interesses estratégicos e militares: o planalto dá à China uma vantagem

militar sobre os países do sul asiático. Ela ficaria extremamente vulnerável se alguma outra potência tomasse conta do Tibete. O Himalaia oferece uma defesa natural.”

Desde a criação das chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e a abertura de seu litoral para a entrada de investimentos estrangeiros, no final da década de 1970, a China tem se destacado pelo grande e incessante crescimento econômico e conseqüente aumento da importância geopolítica no cenário internacional. Contemporaneamente, com a crise financeira que se iniciou nos Estados Unidos, em 2008, é constantemente difundida – tanto na imprensa quanto no meio acadêmico – a idéia de que a China tem grandes chances de se tornar a próxima nação hegemônica mundial, superando os norte-americanos. No entanto, não é comum que se faça correlação entre a promessa de hegemonia chinesa e os conflitos com o Tibete. São opiniões como a do tibetano Topgyal que convidam à reflexão e a questionamentos quanto à real expectativa que se pode criar em relação à China para as próximas décadas.

Outra opinião de destaque no tocante ao futuro da China foi dada pelo escritor inglês Eric Hobsbawm (autor do clássico “A Era dos Extremos”), em entrevista ao jornal “Folha de São Paulo” em abril de 2010: “É claro que o país ainda enfrenta problemas enormes; sempre há pessoas que se perguntam se a China vai conseguir continuar unida [...]”. Nas entrelinhas, percebe-se referência à questão tibetana, já que, de fato, a única ameaça separatista atual para a China é proveniente do Tibete.

A maior motivação para a feitura deste artigo está em ressaltar a relevância do Tibete para o Estado chinês, observando a questão da independência como possível ameaça ao futuro promissor do país asiático. Modernamente, embora os protestos a favor da independência da região estejam tímidos, é de notável importância que analíticos das relações internacionais voltem seus olhos para a questão tibetana como um fator capaz de deixar dúvidas quanto ao que se espera em relação ao futuro da China e, até mesmo, do planeta.

Não faz parte das intenções deste artigo defender a atuação do Governo chinês em qualquer etapa de sua história, mas sim expor o outro lado da problemática do Tibete – a versão da China de que o povo tibetano é apenas mais uma de suas nacionalidades e merecedor de especial atenção por ser alvo de interesses estratégicos e econômicos.

A outra proposta do artigo simpatiza com o paradigma construtivista das relações internacionais, que indica o discurso como chave para compreender os fenômenos de âmbito global. Nesse caso, supõe-se do discurso das grandes potências ocidentais a intenção que está por trás da defesa de libertação do Tibete – contenção do crescimento chinês e tentativa de enfraquecimento do gigante asiático, grande ameaça para aqueles países. O questionamento da veracidade dos fatos expostos pela imprensa e a valorização do discurso como caminho direcionador da verdade também fazem parte dos convites que o artigo se propõe a fazer.